

AS VISÕES DA ESCOLA E DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO TRABALHO PEDAGÓGICO COM ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Rhanielli Benelli Silva 1,
Eliete Neves da Silva 2

1 Graduanda do curso de Pedagogia do Campus Anápolis de CSEH/UEG.

2 Mestra em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela PUC – GO e Docente da Universidade Estadual de Goiás.

Resumo:

A importância de se traçar novas estratégias e reforçar a necessidade de estreitar a parceria entre a família e a escola no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e seus professores regentes, bem como os professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado) nunca foi tão pertinente para que possibilitasse estratégias de ensino-aprendizagem, de modo a tornar-se uma opção indispensável para o desenvolvimento da criança e caberia a família a exercer uma função colaborativa mais assídua, com o objetivo, por exemplo, de reforçando o conteúdo ensinado em sala, tornando-o mais significativo para seus filhos. Em seus artigos Cavalcante (1998) cita os benefícios da participação da família no contexto escolar, bem como o desenvolvimento cognitivo e emocional em ambiente escolar. É importante ressaltar a união e a criação de uma aliança entre estas duas instâncias, com finalidade proporcionar ao aluno condições para torna-lo cidadãos capazes de agir em sociedade. Picanço (2012) ainda resalta a importância de que a escola e a família estejam sempre juntas, e não viver uma sem a outra, de modo que possam alcançar seus objetivos, e ter uma maior eficiência sob este. De modo que por meio de tais pesquisas bibliográficas entre outras a seguir, além de hipóteses foi possível chegar a problemática: Como o professor regente e o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) interagem com a família de alunos com deficiência? O presente documento busca ressaltar que os pais estejam sempre cientes dos acontecimentos em sala, assim como os afazeres escolares, de modo que possa estar mediando e incentivando o desenvolvimento.

Palavras-chave: família – escola – deficientes.

Introdução

O presente artigo ainda esta em construção, portanto ainda não possui resultados para serem debatidos, contudo possui apenas a base teórica, de modo que o interesse por estudar a relação dos pais de alunos com deficiência e seus professores regentes, bem como os professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado) surgiu da curiosidade e necessidade de conhecer como ocorre a participação dos pais e ou responsáveis no processo de escolarização de seus filhos, preocupação esta validada por um professor durante

apresentação da Jornada: Pós-Graduação e Extensão da UnUCSEH; VIII Seminário de Pesquisa dos Professores e IX Jornada de Inscrição Científica da UnUCSEH – UEG no Campus de Ciências Socioeconômicas Humanas que ocorreu no ano de dois mil e quatorze.

No decorrer da graduação surgiu-me o questionamento: de forma geral os professores afirmam a necessidade dos pais acompanharem e colaborarem com a vida escolar dos filhos, então, seguindo este raciocínio poderia se pensar que os alunos com deficiência precisariam de assistência e colaboração mais assídua? Por outro lado, isto efetivamente tem ocorrido no cotidiano destes alunos? Professores do Ensino Fundamental têm relatado que o aprendizado de um aluno com deficiência necessita de um acompanhamento mais próximo e diferenciado por parte da família, tendo como referência as atividades escolares realizadas na escola, bem como as sugeridas para casa.

Diante disto, surgem os seguintes questionamentos: Como o professor regente e o professor de AEE interagem com a família de alunos com deficiência? Estes profissionais conseguem conscientizar e orientar a família sobre a necessidade de acompanhamento do discente nas atividades extra-escolares? O professor regente trabalha em conjunto com o AEE? Qual é a visão que os professores tem do aluno com deficiência? Qual a visão da família sobre sua participação nas atividades escolares? Qual a visão da família sobre a presença e atuação do AEE? O Objetivo Geral se baseia em compreender como ocorrem as visões da escola e da família em relação ao trabalho pedagógico com aluno com deficiência.

Breve Histórico da Educação Especial no Mundo e no Brasil

Da antiguidade à atualidade, constata-se uma visão diferenciada da pessoa com deficiência, da execução sumária ao tratamento humanitário, apesar de ainda existir exemplos de discriminação, é possível verificar uma nova postura em relação às pessoas com deficiência.

Por volta de 1.500 a.C. o Egito era conhecido como a "Terra dos Cegos" por existir uma quantidade significativa de pessoas com doenças oftalmológicas como conjuntivite, catarata e glaucoma. Conforme consta no Papiro de Ebers, foi possível perceber a indicação de diversas fórmulas mágicas como tratamento para tais males (LOPES, 2013).

Bianchetti (1848) afirma que a partir da Idade Média em função do moralismo a igreja católica indicava que a deficiência era decorrente dos pecados cometidos pelo indivíduo, e

muitas destas foram queimadas por meio da fogueira da inquisição. Contudo anos posteriores a sociedade passou a enxergar tais pessoas como instrumentos de Deus para instigar a caridade, sendo assim usando da deficiência do próximo para realizar uma boa ação como o ato de dar esmola para que então pudesse estar mais próximo de sua salvação.

A partir de 1200 a 1700 os deficientes eram considerados como seres possuídos por demônios, consideravam que a única saída seria apenas cremada enquanto vivo. A partir de 1800 a 1920 consideravam como defeito genético e um ser inferior, o tratando como uma aberração, em vários relatos é possível perceber que as crianças que conseguiam sobreviver se tornavam componentes de circos.

Em 1930 a 1940 as crianças com deficiência era descrita como um defeito genético sendo esterilizado e exterminado. No século XIX a sociedade passa a criar organizações para que pessoas deficientes pudessem receber um atendimento especializado, contudo ainda continua excluída da sociedade e das famílias, nesta mesma época surgem-se os manicômios, onde deficientes eram torturados e internados frequentemente (BRANDERGURG; LÜCKMEIER, 2013).

O nazismo na Alemanha começou o programa de eutanásia para crianças com deficiências, conhecido como “programa T4”, onde não apenas eliminaria as crianças como os adultos também, o projeto foi divulgado na época com o lema “porque Deus não quer que o doente se reproduza” (LOPES, 2013).

No período entre Guerras é característica comum nos países europeus – Grã-Bretanha e França, principalmente, e também nos EUA – o desenvolvimento de programas, centros de treinamento e assistência para veteranos de guerra. Dado o elevado contingente de amputados, cegos e outras deficiências físicas e mentais, o tema ganha relevância política no interior dos países e também internacionalmente, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). O interesse pelas pessoas com deficiência passaria a ser objeto do debate público e ações políticas, assim como outras questões de relevância social, embora em ritmos distintos de um país para o outro.

No Brasil o atendimento educacional especial surgiu a partir de 1854, no reinado de D. Pedro II, quando fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Tal instituto surgiu a partir de José Alvares de Azevedo com deficiência visual, o qual chamou muito a atenção de Couto Ferraz, conselheiro de D. Pedro II, a partir de então

decretando a construção do instituto que seria inaugurado posteriormente em 17 de setembro de 1854 (MAZZOTTA, 2005).

Em 2007 houve a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o qual garante o monitoramento e cumprimento das obrigações do Estado, “foram redigidos cinquenta artigos que tratam os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, revestidos com tudo que se faz indispensável para a emancipação desses cidadãos” (BRASIL, 2007).

Conceito de Deficiência na atualidade

Uma questão bastante perturbadora é como referir-se às pessoas com deficiência, Sasaki (2010) faz uma linha histórica das denominações que foram surgindo. Em tempos antigos, em meio aos séculos eram chamados de inválidos, e com o passar das décadas foi variando de incapacitados (Século 20 até 1960); defeituosos, deficientes e excepcionais (1960 a 1980); pessoas deficientes (1981 até 1987); pessoas com necessidades especiais, portadores de necessidades especiais e pessoas especiais (1990 em diante); pessoas com deficiência (1994); portadores de direitos especiais (2002); pessoas com deficiência (1990 até hoje).

De acordo com Sasaki (2010) o nome adotado hoje é pessoas com deficiência, e é proveniente de debates mundiais, e que a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência o qual foi adotada pela ONU em 2006, retifica por meio da lei nacional de todos os Países-Membros. No Brasil essa lei foi adotada com equivalência a emenda constitucional, com o Decreto Legislativo n. 186, de 9/7/08, do Congresso Nacional.

Os princípios a esta denominação se baseia por não esconder à deficiência que a pessoa tem, por valorizar as diferenças e necessidades de cada deficiência, o combate ao eufemismo (a busca de amenizar as diferenças), a defesa da igualdade entre pessoas com deficiência e pessoas denominadas normais e identificar por meio das diferenças os direitos, buscando medidas específicas para o Estado (SASSAKI, 2010).

Inclusão Social de Deficientes

Deve-se entender que a inclusão diz respeito a todos os alunos, pois os que estão inseridos dentro de um contexto regular de ensino têm o mesmo direito à educação de

qualidade. Um dos grandes desafios da inclusão de crianças com deficiência é a integração dessas pessoas como cidadãs.

Tratando-se de inclusão, também se torna importante falar o que seria uma exclusão. Os alunos com deficiência são denominados como aqueles que não fazem parte do grupo, os que não aprendem. Podemos, então, chamar esses mesmos alunos de “alunos com exclusão”. Muitos educadores usam expressões que se referem a preconceito, fazendo, assim, com que esse aluno se sinta excluído de uma educação.

Para muitos educadores, os alunos com deficiência têm sido considerados como alunos de inclusão, mas, para que um aluno seja incluído, ele deve se sentir efetivamente parte integrante do seu meio escolar, recebendo o respeito de todos que o cercam e sendo tratado como um indivíduo sujeito.

Um dos pontos a se reforçar aqui é um dos problemas que afetam a educação inclusiva, ou seja, o fato de que as escolas públicas como também as privadas não têm uma infraestrutura adequada para desenvolver projetos inclusivos, o que pode gerar um grande problema para o desenvolvimento afetivo desses alunos com deficiência.

Entende-se, então, que a escola deve se adaptar às necessidades de seus alunos, de modo que venha a oferecer-lhe diferentes meios de aprendizagem e avaliação, garantindo, assim, que nenhum aluno venha a sofrer exclusão. Logo, para que o processo educacional excludente seja revertido, é preciso que o papel da escola seja repensado, buscando-se uma educação justa.

A educação inclusiva só será concreta se avaliar as reais condições que possibilitam uma inclusão gradativa e contínua, sistemática e planejada de alunos com deficiência educativas especiais nos sistemas de ensino. Sem qualquer apoio ou assistência aos ensinamentos regulares, pode-se chegar a um fracasso.

Grande parte dos professores de ensino regular não é capacitada para trabalhar com crianças com deficiência e a maioria dos professores de Educação Especial não seria de grande ajuda para com o desenvolvimento do ensino regular (BUENO, 1999).

O papel da Família com filhos com deficiência

O papel da família no que se refere ao desenvolvimento e a aprendizagem da criança, fica mais aparente quando se analisa as dificuldades de aprender a ler e escrever. Salvari e

Dias (2006, p.256) realizou uma pesquisa a qual entre os entrevistados apresentavam “aspectos psicodinâmicos da família como possíveis dificultadores da aprendizagem da criança”, de modo que a dependência da criança com a mãe, e a pouca participação do pai, acaba por trazer dificuldades com a aprendizagem.

Picanço (2012) afirma que a função que a família acaba por desempenhar, é algo que não apenas pais estão inseridos, mas os irmãos e a todos que rodeiam o educando, tal papel varia de acordo com o estatuto sociocultural, mas como também as funções que cabe a cada membro familiar, partindo da necessidade que o aluno constitui.

Mesmo com todo suporte familiar, ela ainda não o desempenha tão bem, havendo então uma necessidade de trabalho em conjunto com a instituição escolar, de modo que possam construir um bom relacionamento, tendo como objetivo uma melhor aprendizagem para o aluno (PICANÇO, 2012).

Ainda na linha de pensamento de Picanço (2012) ela acredita que a instituição vai além de um lugar que é ministrado o conhecimento, mas que também é um ambiente para dar continuidade a aprendizagem que é construída em casa. Onde o educador necessita ingressar no contexto que o aluno esta inserido, interagindo com seu saber partindo de sua globalidade. A necessidade de se construir uma relação entre escola e família, deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola (PICANÇO, 2012).

O procedimento educativo da família acaba variando por causa de sua origem e cultura, como também os papéis atribuídos aos membros da família, a maneira como a família se relaciona em seu âmbito familiar é o que interfere na aprendizagem (PICANÇO, 2012).

Com a necessidade de uma inclusão de alunos com deficiências, as famílias tem buscado mais ajuda e auxílio de profissionais, de modo que ao menos tenham orientações de como ajudar no desenvolvimento de seus filhos (ARANHA, 2004).

Assim como a família de alunos com deficiência que tem sob a orientação do professor do educando para que levem seus filhos para o Atendimento Educacional Especializado.

O Atendimento Educacional Especializado é um reforço o qual não deve substituir o ensino regular, sendo um apoio com intervenções que visam o aprendizado e o desenvolvimento. Assim como a própria escola precisa se adaptar para as necessidades do aluno, estando sempre uma participação efetiva da família em seu progresso.

Esse tipo de ensino em contra turno oferece benefícios não apenas o discente, como também para sua família, os tornando mais participativos no meio escolar, além de mostrar ao educando a importância do conteúdo proposto pela escola, possibilitando até em um despertar de busca de conhecimento nos alunos.

Metodologia

A pesquisa será realizada por meio de procedimentos qualitativos, o qual possibilita a aquisição de dados que contribuem para a cientificidade da investigação. Para Triviños (2008) a pesquisa qualitativa caracteriza-se por descrever, analisar e interpretar os dados.

Será constituída por entrevistas semiestruturadas, as entrevistas serão realizadas com famílias de alunos com deficiência, professores, e professor do AEE, os alunos com deficiência também serão foco da pesquisa, pois é com relação à eles que estaremos pesquisando. Além disso será feita análise bibliográfica, constituída por meio de livros e artigos científicos, sejam encontrados em sites de busca ou em bibliotecas, além de revistas.

Gil (2002) afirma que o livro para referencias bibliográficas, são denominados também como livros de consulta, pois possuem o objetivo de uma obtenção rápida de informações, ou até mesmo proporciona uma nova obra a ser pesquisada.

A pesquisa será realizada em uma Escola Municipal, localizada na periferia da cidade de Anápolis, com dois alunos sendo de 4 e 5 anos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com deficiência múltiplas.

Os sujeitos serão duas família de alunos com deficiência, seus respectivos professores regentes, bem como o professor do AEE, sendo então realizado uma entrevista utilizando um questionário semiestruturado.

Conclusão

Apesar do trabalho ainda não possuir a pesquisa empírica, pode-se perceber por meio da pesquisa bibliográfica como a sociedade veio a tratar uma pessoa com deficiência, mesmo que com alguns retrocessos, pois como pudemos ver na época dos Egípcios haviam escritos

que retratavam leis e regimentos para que as pessoas respeitassem os deficientes e se caso não seguir as normas era penalizado. Com os passar dos anos isso houve severas mudanças, de modo que a sociedade passa a ver os deficientes como demônios, e até mesmo como uma penitencia pra a família do individuo ou para ele próprio pelo que cometera na vida passada.

Podemos perceber também uma notável diferença que a família faz ao participar e incentivar a criança com deficiência, além de sua relação com a escola. A família podendo saber buscar uma ajuda especializada de maneira que melhore o desenvolvimento cognitivo e motor da criança, podendo até melhorar sua estima.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Vol. 4. 2004.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da Educação Especial**. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista3numero1pdf/r3_art01.pdf>. Acesso em: 20/05/2016.

BRANDENBURG, Laude Erandi; LÜCKMEIER, Cristina. In: **Congresso Estadual de Teologia**, 2013, São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2013. p.175-186.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2007.

BUENO, J. G. S.: **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf>. Acesso em: 11/06/2016.

CAVALCANTE, Roseli Schultz Chiovitti. **Colaboração entre pais e escola: educação abrangente**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571998000200009>. Acesso em: 15/06/2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Gustavo Casimiro. **O preconceito contra o deficiente ao longo da história.**

Disponível em: <[http://www.efdeportes.com/efd176/o-deficiente-ao-longo-da-historia .htm](http://www.efdeportes.com/efd176/o-deficiente-ao-longo-da-historia.htm)>.

Acesso em: 20/05/2016.

MAZZOTTA, M. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2005.

PINCAÇO, Ana Luísa Bibe. **A relação entre escola e família: As suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.** 152 f. Relatório (Mestrado) – Supervisão Pedagógica, Escola Superior de Educação João de Deus, 2012.

SALVARI, Lúcia de Fátima Carvalho; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. **Os problemas de aprendizagem e o papel da família:** uma análise a partir da clinica. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n3/v23n3a04.pdf>>. Acesso em: 30/05/2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como Chamar pessoas que tem deficiência?.** Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>>. Acesso em: 28/05/2016.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.